

período de três anos, a licenciada do quadro do ICN Maria João Burnay de Lancastre Lourenço.

A nomeada tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos da Reserva Natural do Estuário do Tejo, sendo dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

27 de Julho de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

ANEXO

Nota curricular

Maria João Burnay de Lancastre Lourenço, de 50 anos, natural de Lisboa, técnica superior, iniciou a sua carreira técnica na Direcção-Geral do Ordenamento do Território, tendo integrado o quadro do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), em 1995, onde desempenhou as funções de assessor da presidência entre Maio de 1998 e Março de 2001 e as funções de vice-presidente entre aquela data e Agosto de 2002, e onde actualmente integra a equipa de preparação da presidência portuguesa da EU para 2007.

É licenciada em Antropologia, mestra em Ciências Antropológicas e doutoranda em Antropologia Cultural, com dissertações no âmbito do desenvolvimento e turismo sustentável em áreas protegidas, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Durante a sua actividade na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, foi responsável pelo acompanhamento de 13 planos directores municipais.

No ICN, durante as funções de vice-presidente, assumiu a presidência da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional, na qualidade de 1.º vogal suplente.

Desenvolveu trabalhos na área do desenvolvimento sustentável, tendo sido uma das autoras do Programa Nacional de Turismo de Natureza e responsável pela sua implementação. No âmbito do turismo sustentável, representou o ICN e o País em diversos *fora* internacionais. Integrou o grupo de peritos internacionais na elaboração das linhas orientadoras para o turismo e biodiversidade, da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Orientou trabalhos de implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável para as Áreas Protegidas. Foi co-autora da matriz de suporte ao desenvolvimento dos planos de acção para os projectos de turismo sustentável no âmbito do SIVETUR, tendo contribuído para que pela primeira vez se abordasse a integração de medidas de gestão ambiental directamente no sector, abrindo o caminho para a certificação ambiental de projectos turísticos.

Integrou a delegação portuguesa às 5.ª e 8.ª Conferências das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica realizadas respectivamente em Nairóbi, em 2000, e Curitiba, em 2006, sendo responsável pelos temas, da Convenção, «Utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica», «Turismo e biodiversidade», «Acesso e partilha dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos», «Protecção dos conhecimentos tradicionais e inovações das comunidades indígenas e locais», compatíveis com a «Utilização sustentável da diversidade biológica».

Exerceu, entre 2003 e 2005, o cargo de director de estudos e projectos, numa empresa privada de turismo de natureza.

No âmbito da actividade académica, é assistente convidada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, sendo docente das cadeiras de Análise Regional e de Extensão Rural, e professora-adjunta do Instituto Politécnico Internacional, sendo docente da cadeira de Turismo e Ambiente e membro do conselho científico do curso de Gestão Turística e Hoteleira.

Despacho (extracto) n.º 19 356/2006

Por despacho de 31 de Agosto de 2006 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, foi provida na categoria de técnico superior principal do quadro do Instituto da Conservação da Natureza Ana Gamboa Zúquete, técnica superior de 1.ª classe do mesmo quadro, nos termos dos n.ºs 2, 4 e 6 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005, data em que cessou as funções dirigentes. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2006. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Inspeção-Geral de Jogos

Aviso (extracto) n.º 10 374/2006

Por meu despacho de 24 de Agosto de 2006, Maria Teresa Rodrigues de Almeida Correia, ex-tenente em regime de contrato (RC), do Ministério da Defesa Nacional, foi nomeada, precedendo concurso, assistente administrativa principal do quadro de dotação global da Inspeção-Geral de Jogos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Subinspector-Geral, *Amável Cunha*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

Portaria n.º 1313/2006

Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 2 do artigo 157.º daquele diploma que, por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, seja fixada a composição de cada conselho.

Com fundamento no disposto no artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º O Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal de Borba é constituído pelos seguintes vogais:

Representantes dos caçadores:

António Joaquim Barroso Ferreira.
José Francisco Pombeiro Andrade.
Luís Filipe O. Lacerda Valadares.

Representantes dos agricultores:

Francisco José Pereira Caeiro.
Joaquim António Zita Cortes.

Representante das organizações não governamentais do ambiente — Nuno David Letras Guégués.

Autarca de freguesia — António José Barroso Paixão.

Representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais — Manuel Augusto Gonçalves Garcia.

2.º Em caso de impedimento de qualquer dos vogais pode o mesmo fazer-se representar por um substituto devidamente credenciado pela organização que representa.

6 de Setembro de 2006. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Rui Nobre Gonçalves*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

Portaria n.º 1314/2006

Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.